



Tribunais Superiores é a de que inquéritos e ações penais em curso não podem afastar a aplicação da causa de diminuição do tráfico privilegiado, sob pena de violação ao princípio da presunção da inocência. 4. De ofício, ante a ausência de condenação transitada em julgado, deve ser reconhecida a causa de diminuição pelo tráfico privilegiado, todavia, aplicando-se o patamar mínimo de redução, posto que o acusado responde a outros dois processos por tráfico de drogas. 5. Apelação ministerial conhecida e parcialmente provida para exasperar a pena-base em 06 (seis) meses. 6. Apelação defensiva conhecida e não provida. 7. De ofício, reconhecida a causa de diminuição pelo tráfico privilegiado, no patamar mínimo, fixando a pena definitiva em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0000462-47.2019.8.04.2800, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por _____ de votos e em parcial consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer dos recursos para dar parcial provimento ao recurso ministerial e negar provimento ao recurso defensivo, e, de ofício, aplicar a causa de diminuição pelo tráfico privilegiado, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.”.

Processo: 0000517-12.2018.8.04.4100 - Apelação Criminal, Vara Única de Eirunepé

Apelante: Alfranio Ferreira do Nascimento.

Advogado: Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB: 7372/AM).

Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Promotor: Thiago Leão Bastos.

ProcuradorMP: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator: Vânia Maria Marques Marinho. Revisor: João Mauro Bessa

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE. COMPROVAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. ARTIGO 33 C/C 40, VI, DA LEI 11.343/06. IMPROPRIEDADES CONSTATADAS. REDIMENSIONAMENTO NECESSÁRIO. RECORRER EM LIBERDADE. INVIABILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. Restando suficientemente comprovada materialidade e autoria do crime previsto no art. 217-A do Código Penal, com base em elementos idôneos de prova, não há falar em absolvição. 2. Conquanto idônea a fundamentação expendida para exasperação da pena do delito tipificado no art. 33 c/c 40, VI, da Lei n.º 11.343/06, verifica-se que o quantum total de quinze anos de reclusão ofende a razoabilidade e proporcionalidade, sobretudo ao considerar que foram apreendidas tão somente quatro trouxinhas de substância entorpecente. 3. Necessária a manutenção da prisão preventiva do Apelante, nos termos do art. 312 do CPP, com fundamento na garantia da ordem pública, evidenciada sobretudo pela gravidade concreta dos delitos, visto que o Réu, além de manter relacionamento sexual com vítima menor de treze anos, ainda fazia com que esta se inserisse na atividade de tráfico de drogas, realizando a entrega das substâncias entorpecentes aos “clientes” do Acusado. Ademais, o Apelante permaneceu preso durante a instrução processual, sendo um contrassenso libertá-lo neste momento, mormente porque condenado em pena superior a onze anos de reclusão. 4. Deve ser acolhido o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, visto que compatível com esta instância recursal e passível de presunção relativa de veracidade, nos termos do art. 98 do CPC, aplicado por analogia, e da jurisprudência desta Corte. 5. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.. DECISÃO: “PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE. COMPROVAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. ARTIGO 33 C/C 40, VI, DA LEI 11.343/06. IMPROPRIEDADES CONSTATADAS. REDIMENSIONAMENTO NECESSÁRIO. RECORRER EM LIBERDADE. INVIABILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. Restando suficientemente comprovada materialidade e autoria do crime previsto no art. 217-A do Código Penal, com base em elementos idôneos de prova, não há falar em absolvição. 2. Conquanto idônea a fundamentação expendida para exasperação da pena do delito tipificado no art. 33 c/c 40, VI, da Lei n.º 11.343/06, verifica-se que o quantum total de quinze anos de reclusão ofende a razoabilidade e proporcionalidade, sobretudo ao considerar que foram apreendidas tão somente quatro trouxinhas de substância entorpecente. 3. Necessária a manutenção da prisão preventiva do Apelante, nos termos do art. 312 do CPP, com fundamento na garantia da ordem pública, evidenciada sobretudo pela gravidade concreta dos delitos, visto que o Réu, além de manter relacionamento sexual com vítima menor de treze anos, ainda fazia com que esta se inserisse na atividade de tráfico de drogas, realizando a entrega das substâncias entorpecentes aos “clientes” do Acusado. Ademais, o Apelante permaneceu preso durante a instrução processual, sendo um contrassenso libertá-lo neste momento, mormente porque condenado em pena superior a onze anos de reclusão. 4. Deve ser acolhido o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, visto que compatível com esta instância recursal e passível de presunção relativa de veracidade, nos termos do art. 98 do CPC, aplicado por analogia, e da jurisprudência desta Corte. 5. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal n.º 0000517-12.2018.8.04.4100, DECIDE a Colenda Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por _____ de votos, em consonância parcial com o Graduado Órgão Ministerial, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito. Sala das Sessões, em Manaus (AM).”.

Processo: 0000638-10.2018.8.04.4401 - Apelação Criminal, 1ª Vara de Humaitá

Apelante: Jocieli de Souza Barreto.

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

Defensor P: Josy Cristiane Lopes de Lima.

Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Promotor: Wesley Machado.

ProcuradorMP: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 40, III, DA LEI DE DROGAS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. Em que pesem os argumentos expendidos pela defesa, infere-se que a sentença condenatória se encontra legitimamente amparada no arcabouço probatório angariado ao longo da instrução processual, não merecendo, pois, qualquer censura. 2. O compulsar dos autos revela que a materialidade e a autoria delitivas se encontram exaustivamente comprovadas nos elementos de prova erigidos nos autos e colhidos sob os corolários do contraditório e da ampla defesa, tudo sob o manto do devido processo legal. 3. No presente caso, constata-se que a apelante não preenche os requisitos necessários à pretensão desclassificação, tendo em vista que: I) a prisão da apelante se



deu após denúncia; e II) a quantidade de entorpecentes e a forma de armazenamento não se coadunam com o porte para uso próprio, uma vez que parte da droga foi encontrada no interior da vagina da apelante. A soma de todos esses fatores não deixa margem à pretensão desclassificação.4. Verifica-se que o magistrado aplicou acertadamente a causa de aumento prevista no art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006, posto que o delito ocorreu nas imediações de um estabelecimento prisional, ocasião em que exasperou a pena da apelante na fração de 1/6 (um sexto).5. No que tange à aplicação da redutora do art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, a mais recente orientação do Supremo Tribunal Federal STF, em ambas as Turmas, é de que investigações criminais e ações penais em curso não servem para afastar a aplicação da causa de diminuição do tráfico privilegiado, sob pena de violação ao princípio da presunção de inocência. Ilustram essa orientação os seguintes acórdãos: HC 166.385/MG, Ministro Marco Aurélio; RE 1.297.769/CE, Ministro Ricardo Lewandowski; HC 170.392-AgRg/SP, Ministra Cármen Lúcia; HC 144.309/MG, Ministro Ricardo Lewandowski.6. Conquanto a existência de inquéritos e ações penais em curso não possam afastar a incidência do tráfico privilegiado, poderão modular o quantum da diminuição da pena. Assim sendo, ante a existência ação criminal em curso, há de se estabelecer de forma proporcional e cabível no caso em tela, a diminuição da pena na fração de 1/2 (um meio), em razão do reconhecimento do tráfico privilegiado.7. Apelação criminal conhecida e parcialmente provida. . DECISÃO: “ ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0000638-10.2018.8.04.44001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial harmonia ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e conceder parcial provimento ao apelo criminal, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.”.

Processo: 0000823-67.2015.8.04.3200 - Apelação Criminal, Vara Única de Borba

Apelante: Marcelo Jataí Moreira.

Representa: Gabriela Lima Andrade.

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Promotora: Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda.

ProcuradorMP: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator: Vânia Maria Marques Marinho. Revisor: João Mauro Bessa

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40, INCISO VI, DA LEI N.º 11.343/2006. READEQUAÇÃO DA PENA. INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, §4º, DA LEI 11.343/06 NO PATAMAR DE 1/4. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. O simples envolvimento do menor na traficância, a qualquer pretexto, é motivo idôneo para fazer incidir a causa de aumento descrita no inciso VI do artigo 40 da Lei n.º 11.343/06, bastando que o agente pratique ou induza o menor a praticar a infração penal, sendo desnecessária a comprovação da efetiva corrupção do adolescente. Precedentes. Assim sendo, não há que se falar em afastamento da causa de aumento de pena aplicado pelo MM. Juiz de primeira instância, vez que o envolvimento do menor no crime de tráfico de drogas restou sobejamente comprovado nos autos.2. Em que pese o posicionamento do Pretório Excelso quanto à aplicabilidade da minorante prevista no art. 33, § 4.º da Lei n.º 11.343/2006 no caso destes autos, o contexto em que o crime foi praticado possui especial relevância para se analisar o quantum a ser reduzido da reprimenda penal. Dessa forma, considerando que junto às “trouxinhas” de maconha e cocaína também fora apreendida balança de precisão e dinheiro em espécie, amolda-se à espécie a fração de diminuição de 1/4 (um quarto).3. Inviável a pretendida substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, face ao não preenchimento do requisito subjetivo previsto no art. 44, III, do Código Penal, especialmente quando considerada a nocividade da droga apreendida e o contexto em que foi praticado o delito.4. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.. DECISÃO: “ PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40, INCISO VI, DA LEI N.º 11.343/2006. READEQUAÇÃO DA PENA. INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, §4º, DA LEI 11.343/06 NO PATAMAR DE 1/4. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O simples envolvimento do menor na traficância, a qualquer pretexto, é motivo idôneo para fazer incidir a causa de aumento descrita no inciso VI do artigo 40 da Lei n.º 11.343/06, bastando que o agente pratique ou induza o menor a praticar a infração penal, sendo desnecessária a comprovação da efetiva corrupção do adolescente. Precedentes. Assim sendo, não há que se falar em afastamento da causa de aumento de pena aplicado pelo MM. Juiz de primeira instância, vez que o envolvimento do menor no crime de tráfico de drogas restou sobejamente comprovado nos autos. 2. Em que pese o posicionamento do Pretório Excelso quanto à aplicabilidade da minorante prevista no art. 33, § 4.º da Lei n.º 11.343/2006 no caso destes autos, o contexto em que o crime foi praticado possui especial relevância para se analisar o quantum a ser reduzido da reprimenda penal. Dessa forma, considerando que junto às “trouxinhas” de maconha e cocaína também fora apreendida balança de precisão e dinheiro em espécie, amolda-se à espécie a fração de diminuição de 1/4 (um quarto). 3. Inviável a pretendida substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, face ao não preenchimento do requisito subjetivo previsto no art. 44, III, do Código Penal, especialmente quando considerada a nocividade da droga apreendida e o contexto em que foi praticado o delito. 4. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal n.º 0000823-67.2015.8.04.3200, DECIDE a Colenda Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por _____ de votos, em consonância parcial com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.”.

Processo: 0001907-90.2021.8.04.0000 - Agravo de Execução Penal, Vara Única de Beruri

Agravante: Higor Peres de Souza.

Advogada: Waldemira Rodrigues Matos (OAB: 9750/AM).

Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Promotor: Tania Maria de Azevedo Feitosa.

ProcuradorMP: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator: Vânia Maria Marques Marinho. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. REQUISITOS CUMULATIVOS PARA A PROGRESSÃO DE REGIME. LAPSO TEMPORAL E BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO. UNIFICAÇÃO DAS PENAS DE RECLUSÃO. QUANTUM DEFINIDO PELO SOMATÓRIO DAS REPRIMENDAS. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DO REQUISITO OBJETIVO. PAGAMENTO DE MULTA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. DECISÃO CORRETAMENTE FUNDAMENTADA. REFORMA INVIÁVEL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Extrai-se da norma de regência que, para fins de progressão de regime, é necessária a comprovação cumulativa dos requisitos objetivo (lapso temporal) e subjetivo (bom comportamento carcerário). Precedentes.2. Registre-se que o artigo